

COOPERAÇÃO REGIONAL

Potencialidades e Limitações desde a Perspectiva da Defesa Nacional

General Carlos Molina Johnson, Exército do Chile

Traduzido da revista *Memorial del Ejército de Chile*, N.º 464/2000

GOSTARIA de iniciar esta exposição com uma reflexão que foi feita em 1826 o libertador Simon Bolívar perante o fracasso do que se chamou o “Primeiro Congresso de Estados Americanos”, ocorrido no Panamá em julho do mesmo ano:

“Não há boa fé na América, nem entre homens nem entre as nações. Os tratados são papéis, as constituições são livros, as eleições são combates, a liberdade é anarquia e a vida é um tormento”.

Esta visão pessimista de Bolívar nos mostra, desde logo, seu conceito realista das Relações Internacionais no continente; ela se projetou durante muito tempo como uma sombra permanente sobre nossas relações regionais e com os nossos vizinhos até quase o final do século passado. A idéia de uma “nação americana” contrasta em muito com a de uma “América das Nações”, que uma mente prospectiva e aguda como a de Diego Portales vaticinava para esta região austral.

O Continente Americano é comprovadamente composto por nações — ao sul do Rio Grande — de características políticas, sociais, econômicas e culturais muito dissimilares; ademais de suas diferenças geográficas e geopolíticas. Ainda existem nele, por sua vez e em conflito, as *forças centrífugas* sobre as *centrípetas*,² que fizeram fundar sobre estas últimas o ideal do americanismo que inspirou fortemente a emancipação do domínio espanhol no século XIX. Porém, de um continente comovido pelo ideal da emancipação, passou-se, obtida esta, a um onde por mais de cento e cinquenta anos reinava a desconfiança mútua entre os estados que o conformam.

Não obstante a assertiva anterior, devemos aclarar que essa desconfiança não tem relação com o número ou caráter dos conflitos produzidos. Isto pode ser comprovado empiricamente se compararmos a nossa situação com a de outros continentes. É evidente que

esta área da América tem tido um baixo nível de conflito.

Por outro lado, o panorama político-estratégico regional tem se estabilizado desde o fim da Guerra Fria, com o desaparecimento da “ameaça” que artificialmente aglutinava a América Latina — que apoiava os EUA — em um sistema de segurança cuja ineficiência já era paradigmática e cujo inimigo era definido conceitualmente por um determinado país. Assim, nesta espécie de aliança, se poderia concordar com Michael Haas, que declarava que “as alianças são o resultado de esperanças frustradas da segurança coletiva”.³

Nesta exposição será abordado o problema da cooperação regional desde a perspectiva da defesa nacional — variáveis estratégica e geopolítica, preferentemente demarcada geograficamente pelo Cone Sul americano, analisando suas potencialidades e limitações. Para tal, inicialmente, esboçaremos brevemente um marco teórico no qual, a nosso juízo, estão ocorrendo as novas relações entre os Estados do Cone Sul, delimitando a região e definindo os termos a serem empregados. Em seguida, serão revisadas as potencialidades da região em seu processo de cooperação e, finalmente, as limitações que aparecem e que afetam as mesmas. Inevitavelmente, teremos que nos referir ao conflito, porque concebemos tanto este quanto a cooperação como dois extremos de um mesmo cenário que interagem permanentemente, com maior ou menor intensidade, afetando-se gravitacionalmente um em detrimento do outro, e vice-versa.

Desenvolvimento

A demarcação teórica: Durante grande parte do século passado, e antes por certo, o mundo viveu uma era centrada na preeminência dos Estados como atores fundamentais das relações internacionais; o Estado-Nação era o ator internacional indiscutível; tudo era rea-

lizado por meio dele. O Estado era o paradigma da escola realista, com base no poder deste para atuar na anárquica arena mundial. Era a vontade dos Estados — de natureza essencialmente amoral — e não a lei ou as organizações que proporcionavam a paz no mundo, a que prevaleceria finalmente no sistema internacional. Porém, a partir da década dos 70, esta situação começou a mudar e evidenciou-se uma erosão no conceito do “estado-cêntrico”, do qual emanava toda a força que fazia funcionar o sistema internacional em seu conjunto.

Dentro da luta sem tréguas dos Estados pelo poder, os fenômenos econômicos haviam sempre sido subvalorizados pelos analistas das relações internacionais, considerando-os como apenas um elemento dentro da disputa generalizada, ou como um “estímulo” para a cooperação, entendendo esta como um “antídoto” para o conflito.

Agora, a dimensão econômica passava a desempenhar um papel decisivo para entender as relações entre os atores internacionais e para avaliar a maior ou menor criação de laços de confiança que terão de incidir nas vinculações específicas entre eles, com as que provêm do campo da segurança, preferentemente desde a década indicada.

As grandes crises econômicas que inauguraram aqueles anos, originadas em grande parte pelas novas políticas de produção, comercialização e distribuição de petróleo no âmbito mundial, advertiram sobre uma mudança global nas relações internacionais; processo que se passou a conhecer por “transnacionalização” e “interdependência”. A transnacionalização — definida por Keohane e Nye como “o movimento de itens, tangíveis e intangíveis, através das fronteiras estatais, quando pelo menos um ator não seja agente do governo ou de uma organização intergovernamental”⁴ — demonstrou a carência dos enfoques realista e idealista, que privilegia, este último, os princípios éticos que regem a busca pelo poder e das instituições que regem os interesses, como a força que dá forma às relações entre estados, para assumir sua explicação e projeção, pois ambos compartiam de um método tradicionalista que desvalorizava — os primeiros — a influência da economia, ao mesmo tempo que insistia em que a segurança nacional era o objetivo nacional primário e que dentro da política internacional as ameaças à segurança são permanentes. Por sua parte, o idealismo assumiu um tipo de retórica interdependentista ao manter que a sobrevivência da raça humana encontrava-se ameaçada por perigos provenientes tanto do meio ambiente como das ações militares; segundo este enfoque, os conflitos de interesses entre Estados e povos careciam de importância.⁵

A interdependência, por sua vez, se refere a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou

No plano que nos interessa, todos os acontecimentos políticos mundiais conectados ao fim da Guerra Fria, ao colapso da utopia comunista e aos processos de reunificação e aos nacionalismos na Europa, se têm decantado de uma forma *sui generis* na região do Cone Sul da América, permitindo que o fenômeno da interdependência possa servir de marco de referência para entender e prever as relações internacionais na região. Este fenômeno, posto que se observa uma clara transformação não apenas quantitativa mas fundamentalmente qualitativa do cenário internacional no qual se encontra imersa a sub-região do Cone Sul da América Latina.

entre atores de diferentes países. Estes efeitos resultam de intercâmbios internacionais, como fluxos de dinheiro, bens, pessoas e mensagens que transpõem as fronteiras nacionais.⁶

Do ponto de vista da teoria das relações internacionais, tanto a transnacionalização quanto a interdependência e seus fenômenos econômicos associados forneceram argumentos para os detratores da política realista e acrescentaram novos elementos para revitalizar a visão idealista das relações internacionais, os quais têm sido resumidos por Tomassini,⁷ a saber:

- Uma tendência à multipolaridade, causando erosão ao rígido sistema de estratificação internacional, reduzindo a opressiva importância atribuída durante o período pós-guerra às considerações de ordem militar, abrindo passo a outros interesses internos e/ou externos.

- A expansão da sociedade civil e as mudanças em sua relação com o Estado.

- Uma configuração de uma agenda internacional cada vez mais ampla, complexa e menos hierarquizada. Junto ao tema da segurança nacional surgem outros vinculados ao desenvolvimento econômico, progresso tecnológico, bem-estar social, à identidade cultural e à qualidade de vida; aspectos que interessam a um crescente número de civis organizados.

- Como consequência do anterior, o Estado deixa de monopolizar o manejo das relações externas, enquanto que agentes não governamentais começam a intervir nelas.

- Finalmente, uma transformação dos recursos de

É evidente que o Cone Sul da América é uma estrutura política com base em um cenário geográfico onde confluem interesses políticos, econômicos e geopolíticos que se complementam, sobrepassando as restrições da geografia física e política que tem evoluído de acordo com os interesses políticos de cada época, transitando entre forças econômicas ou estratégicas, ou de uma combinação de ambas. . . . Relativo à delimitação puramente geográfica do Cone Sul, surgem vários inconvenientes e distintas interpretações que não serão abordados neste trabalho. Não obstante, pode-se indicar que esta demarcação não carece de dificuldades — similares a outros âmbitos geográficos ambíguos como o “chifre da África” — ao precisar o seu contorno.

poder na qual a diminuição do poder militar é o mais significativo. Surgem recursos de poder não tradicionais — que antes não se empregavam na esfera da “alta política” — de caráter comercial, tecnológico, financeiro, ideológico ou cultural.

No que se refere à metodologia, o paradigma da transnacionalização ou o da “interdependência complexa”⁸ constitui um desafio ao conceito do “estado-cêntrico” e a outras hipóteses gerais relacionadas com o poder e o conflito, atribuídas aos tradicionalistas,* especialmente de inspiração realista. Mesmo assim, como se verá mais adiante, esta nova realidade não faz desaparecer o conflito, nem tampouco o papel dos atores mais importantes que continuam cumprindo os Estados nas relações internacionais; mesmo que existam alguns atores — como indicaremos posteriormente — que já discutem esta relevância dentro de um mundo globalizado.

No plano que nos interessa, todos os acontecimentos políticos mundiais conectados ao fim da Guerra Fria, ao colapso da utopia comunista e aos processos de reunificação e aos nacionalismos na Europa, se têm decantado de uma forma *sui generis* na região do Cone Sul da América, permitindo que o fenômeno da interdependência possa servir de marco de referência para entender e prever as relações internacionais na

região. Este fenômeno, posto que se observa uma clara transformação não apenas quantitativa mas fundamentalmente qualitativa do cenário internacional no qual se encontra imersa a sub-região do Cone Sul da América Latina. A este respeito, apesar de que os acontecimentos envolvidos na transnacionalização estiveram presentes na região sul-americana cerca de duas décadas depois do que na América do Norte e na Europa, os trazidos pela globalização chegaram mais rápido, devido à velocidade das mudanças, produto da difusão do modelo econômico neoliberal e do avanço impressionante nas comunicações.

O que também contribuiu, em grande medida, foi a relação recíproca entre o sistema de governo democrático — a “uniformidade” democrática regional — e as transformações econômicas domésticas. Neste sentido, o surgimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), adquire uma grande transcendência, tanto como instituição econômica sub-regional integradora como por suas potenciais conseqüências políticas e de segurança para seus países membros.⁹

O marco político-geográfico: Atualmente o termo Cone Sul é empregado em âmbitos menos restritos que o da geografia, geopolítica ou da ciência política. Seu uso tem-se adaptado e já está sendo integrado profusamente na economia, na medicina, na agricultura, nos meios de comunicação social e em diversas outras atividades. No entanto, quando se refere ao Cone Sul nem todos consideram os mesmos países como integrantes da região.

A explicação desta certa ambigüidade no uso do termo se encontraria, segundo um autor nacional,¹⁰ na evolução desse conceito, onde se pode diferenciar, ao menos, três visões geopolíticas sobre a região, a seguir:

- Uma concepção restrita integrada apenas pelo Chile e a Argentina.
- Uma intermediária que inclui além dos dois anteriores o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia.
- Uma ampliada que incorpora, além dos anteriormente citados, o Brasil, Peru e, inclusive, o Equador.

Antes de indicar o que é que entendemos por Cone Sul, é interessante consignar alguns antecedentes da origem deste conceito — que é mais que geográfico — por ser útil a este relato. Até onde se tem investigado, é possível identificar como seu gestor intelectual o almirante argentino Segundo Storni,¹¹ que havia desenvolvido essa idéia em 1916 em sua obra “Interesses argentinos no mar”. Nela, ele promove os três pilares básicos da projeção geopolítica marítima

* A teoria “tradicionalista” das Relações Internacionais, contém os idealistas versus os realistas. Considera-se tradicionalista porque originou o “Primeiro Grande Debate” na teoria das Relações Internacionais. Posteriormente, estes tradicionalistas, como um todo, enfrentaram-se no “Segundo Grande Debate” — com relação à teoria científica das Relações Internacionais.



Em 1826 o libertador Simon Bolivar perante o fracasso do que se chamou o “Primeiro Congresso de Estados Americanos”, ocorrido no Panamá em julho do mesmo ano disse: “ Não há boa fé na América, nem entre homens nem entre as nações. Os tratados são papéis, as constituições são livros, as eleições são combates, a liberdade é anarquia e a vida é um tormento”.

de seu país: uma Argentina peninsular, bioceânica e antártica.¹²

Relativo à delimitação puramente geográfica do Cone Sul, surgem vários inconvenientes e distintas interpretações que não serão abordados neste trabalho. Não obstante, pode-se indicar que esta demarcação não carece de dificuldades — similares a outros âmbitos geográficos ambíguos como o “chifre da África” — ao precisar o seu contorno. Inclusive, não existem semelhanças nas definições indicadas pelos dicionários consultados. No dicionário da Real Academia Espanhola está definido como “nome dado, segundo critérios geopolíticos, ao extremo meridional da América do Sul, que inclui os Estados da Argentina, o Chile, o Uruguai e, às vezes, o Paraguai.” No entanto, na enciclopédia *The Cambridge Encyclopedia of Latin America and the Caribbean* apenas se incluem no Cone Sul a Argentina, o Chile e o Uruguai. Assim mesmo, o anuário econômico e geopolítico mundial “O Estado do Mundo”, de 1996, identifica o Cone Sul como um dos “conjuntos geopolíticos

da América e integrado pela Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai”. Porém, no ambiente acadêmico, político e econômico, já é freqüente incluir outros países cujas fronteiras meridionais topam com os acima mencionados; tal é o caso do Brasil, Peru e da Bolívia, especialmente quando se refere aos corredores bioceânicos. Uma delimitação mais sensata é a que considera o Cone Sul como comportando os países do Mercosul, mais o Chile e a Bolívia.

Finalmente — mesmo concordando com Erasmo * que *omnis definitio periculosa est* — e para enquadrarmos dentro de um dado espaço geográfico, como referência para abordarmos o tema da cooperação regional, diremos que o Cone Sul da América pode ser localizado “desde o seu deslinde setentrional no limite entre o Chile e o Peru chamada a “Linha da Concórdia”, que em seu prolongamento no sentido leste passa pela zona sul

* Nos referimos a Erasmo de Rotterdam (1467-1536), um dos principais representantes do humanismo renascentista.

da Bolívia, deixando no interior do Cone os departamentos de Oruro, Potosí, Cochabamba, Chuquisaca, Tarija e Santa Cruz; continua no sentido leste seguindo as margens norte da *Cuenca del Plata*, atravessando os estados brasileiros do Mato Grosso do Sul, de Goiás, Minas Gerais e do Espírito Santo, para logo seguir com destino ao Atlântico até alcançar o porto de Vitória, deixando no seu interior (no sul) os estados do sudeste e sul do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apenas nos casos da Bolívia e do Brasil aceita-se o parcelamento de seus territórios nacionais, considerando que estes formam zonas geo-econômicas que superam as fronteiras nacionais, o que não é possível separar com base nos rígidos critérios limítrofes”.¹³

É evidente que o Cone Sul da América é uma estrutura política com base em um cenário geográfico onde confluem interesses políticos, econômicos e geopolíticos que se complementam, sobrepassando as restrições da geografia física e política que tem evoluído de acordo com os interesses políticos de cada época, transitando entre forças econômicas ou estratégicas, ou de uma combinação de ambas.

Cooperação e conflito na região. Durante muitos anos a América tem sido considerada um continente sem conflitos, quando comparada com a Europa, Ásia e, atualmente, a África. Isto parece ser efetivo no “grande total” do equilíbrio da violência mundial dos séculos XIX¹⁴ e XX. Para esta situação tem havido a influência das “forças centrípetas”, que historicamente, e ao contrário da Europa e da Ásia, têm exercido certa pressão sobre as elites da sociedade americana, a saber: a presença de um idioma, uma religião e de costumes comuns, elementos estes que podem atuar como fortes aglutinadores da unidade política. Além disto, existe a similitude nas estruturas jurídicas, administrativas e políticas dos Estados-Nação da região; enfim, um legado histórico comum.

Não obstante os esforços da região na prevenção dos conflitos¹⁵, ainda se faz necessário superar o que se tem chamado de “herança colonial”.¹⁶ Aqui, se fazem presentes as “forças centrífugas”¹⁷, que originam desde antes do processo de emancipação americana e que se resumem nos seguintes conceitos:

- O isolamento dos principais centros populacionais hispano-americanos, determinado pelas condições geográficas — que perduram até hoje, complicando a integração terrestre do continente — e pelo interesse espanhol de evitar que as colônias pudessem entrar em contato direto.

- A presença de fortes particularismos nas seções que integravam o antigo império espanhol na América.

- A influência do tradicional espírito separatista espanhol, que conseguiu fazer perdurar os antigos

particularismos regionais e as reivindicações autônomas de reinados e cidades que, em certas ocasiões, apenas se incorporaram formalmente à rígida e centralizada monarquia absoluta espanhola.

- O aparecimento de um fenômeno político novo na América Latina: o caudilhismo, no qual se fundiriam a tradição separatista e localista espanhola e o caciquismo indígena.

- A ação das potências estrangeiras que temiam a criação de um poder unificado e autônomo na América Latina que pudesse impor uma situação de relativa paridade nas relações e negociações entre as metrópoles internacionais e a região.

Estas forças centrífugas transformaram o continente, como indicamos no começo desta redação, na *América das Nações*, ao invés do latino-americanismo propiciado pelos libertadores, começou-se o movimento do “pan-americanismo” que, sem discriminar por posições sociais, culturas ou raças, centralizou sua atividade sob a égide (por certo hegemônica) dos Estados Unidos da América.

Mais recentemente, essas “forças” reinantes na América têm sido revisadas e reavaliadas e o consenso é de que na região convivem processos de associação e dissociação, simultaneamente.¹⁸ Os primeiros têm sido definidos como aquelas iniciativas ou ações estatais ou não estatais nos campos político, cultural, econômico e militar que reconsideram uma visualização que exclui os outros países da região e na qual aceitam ao outro como um ator com o qual se pode estabelecer um vínculo que implica em maiores benefícios do que propriamente despesas. Mesmo assim, os processos de dissociação se definem como aquela lógica da rivalidade presente entre as nações do continente e que são explicados por conflitos históricos pendentes, visões culturais diversas ou perspectivas competitivas a respeito do papel que cabe a cada país no contexto regional.¹⁹

Logo, uma análise adequada da realidade internacional na região deve considerar ambos os tipos de tendências; um exemplo está na caracterização do *Livro da Defesa Nacional do Chile* ao dedicar um capítulo ao conflito internacional e ao estabelecer claramente que, para o Chile, apesar de viver em um mundo interdependente, as hipóteses de conflito não desaparecem. O que ocorre é que “em um contexto de interação e cooperação, ou seja de paz, a probabilidade de ocorrência de uma hipótese de conflito diminui e esta diminuição estimula, por sua vez, a vontade de identificar novos âmbitos de interação e cooperação entre os Estados, o que em alguns conceitos sobre a defesa se consideram “hipóteses de colaboração”. No entanto, nem sequer as ‘hipóteses de colaboração’ excluem completamente situações variáveis de conflito.”²⁰ Sobre este último pode-se acrescentar a existência de um fenômeno emergente, de caráter sociológico, que se relaciona com

Condições Internas Predominantes

FATORES	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	PERU
CONSENSO SOBRE POL .EXTERIOR	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	MÉDIO	ALTO
COORDENAÇÃO EXTERIOR/DEFESA	MÉDIO	BAIXO	MÉDIO	BAIXO	BAIXO
ESTABILIDADE ECONÔMICA	BAIXO	ALTO	MÉDIO	ALTO	MÉDIO
NÍVEL DE INTERDEP. COM PAÍSES REGION.	ALTO	ALTO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO
LEGITIMIDADE DO SISTEMA POLÍTICO	ALTO	ALTO	ALTO	ALTO	BAIXO
NÍVEL DE CONTESTAÇÃO CIDADÃ	ALTO	ALTO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO
INFLUÊNCIA DAS FA NO GOVERNO	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO
NÍVEL AUTONOMIA FUNCIONAL DAS FA	BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MÉDIO

FONTE: FUENTES, Cláudio, *Op. Cit*, p.11

as *percepções* cidadãs. Tem a ver com a contradição entre a ausência de problemas reais (fruto de acordos e pactos para a solução de controvérsias), versus a tendência da maioria dos cidadãos, que não assimila as novas realidades e mantém uma lógica de conflito, onde as causas que geraram as diferenças entre os Estados no passado têm sido resolvidas e superadas pelos governos, mas não assumidas pela população.

Potencialidades e limitações para a cooperação regional desde a perspectiva da defesa nacional: É um fato evidente que nos últimos anos têm aumentado as forças associativas, a interdependência e a cooperação entre os Estados da região do Cone Sul; isso também abarca toda a América Latina. A nosso critério, mas não excluindo em absoluto outras causas deste fenômeno — como a adesão a um modelo de economia liberal de mercado reinante em um mundo globalizado e adaptado na região — pode-se mencionar o processo de redemocratização ou “homogeneização democrática” que o continente tem vivido como sendo a principal causa para que haja prosperado um amplo espírito de integração, apoiando os regimes militares que surgiram na região nas décadas dos 60 e 70, obedecendo a algumas realidades *sui generis* de cada Estado, pelo qual, a nosso ver, não resulta muito lógico incluir a todos em um só conceito globalmente compreensivo. Portanto esse processo de homogeneização também se deu em cada país em consequência de situações paradigmáticas exclusivas.

Antes de nos centrarmos, finalmente, na análise e/ou descrição das potencialidades e limitações que se deduzem no campo de ação da defesa nacional, julgamos útil empregar os critérios que um autor²¹ declarou poder afetar positiva ou negativamente — de acordo com as condicionantes internas — as decisões a respeito das relações internacionais em cada Estado. Estes elementos vão determinar, até certo ponto, as decisões estatais

em política internacional. Eles são:

- **O nível de consenso sobre definições de política exterior.** Referente aos consensos existentes entre a classe política e os diferentes atores que compõem a sociedade sobre as definições centrais da política exterior. Determina a consistência e permanência daquelas definições ao longo do tempo.

- **O nível de coordenação entre a política exterior e a de defesa.** Um tema central é a independência e/ou a coordenação entre a política exterior e a de defesa, um aspecto que contribui para dar coerência às diferentes políticas existentes sobre a matéria.

- **Nível de estabilidade econômica.**

- **Nível de interdependência com países da região.**

- **Nível de legitimidade do sistema político.** Diz respeito à legitimidade interna e externa de um determinado governo frente à população e à comunidade internacional.

- **Nível de “contestação” cidadã.** Refere-se ao nível de reação da população frente às decisões que a afetam. Pode-se relacionar com os níveis de participação cidadã, protestos etc.

- **Nível de influência das FA no governo.** Isto é difícil de se ponderar já que se trata de um fator subjetivo e muitas vezes pouco mensurável. Porém, é importante reconhecer o nível de influência das FA nas decisões da política internacional e na forma em que estas promovem suas posturas junto às autoridades.

- **Nível de autonomia funcional das FA.** Referente às atribuições legais das FA para desenvolver suas próprias políticas e definir suas orientações centrais (gasto militar, provisionamento de armas, planificação e colocação do dispositivo militar — desdobramento estratégico — etc.).

Estes elementos por si só não são fatores dissociáveis. De fato, uma alta estabilidade econômica, unida a um alto grau de consenso em política exterior podem ser

O Cone Sul da América apresenta hoje um entorno geográfico e estratégico no qual a tendência emergente é caracterizada pela transição das antigas relações, marcadas por conflitos, para aquelas que privilegiam incipientes e cada vez mais claros vínculos de cooperação. Os fundamentos ou razões que explicam esta tendência encontram-se na homogeneidade das agendas, na percepção comum de que a democracia é o modelo político, assim como a economia de mercado é o modelo econômico que desterra a autarquia, e a globalização, que começa a fazer sentir seus efeitos em uma área que até há pouco era considerada fundamentalmente marginal em face de sua posição geográfica.

circunstâncias suficientes para um esquema associativo. Portanto, nas potencialidades e limitações para a cooperação — sob a perspectiva da defesa nacional — terá que ser feito o exercício pertinente em uma *malha* de inter-relações que abarcará mais itens.

O autor que comentamos efetuou parte desse exercício, que se apresenta no quadro no alto da página 41. Para a sua confecção apenas cinco Estados da região foram considerados com base em um questionário entregue a atores-chaves em cada um dos países selecionados. A metodologia pode ser discutida, mas ilustra, desde um ponto de vista particular, a *realidade* regional com relação aos parâmetros selecionados para a investigação.

Potencialidades

Distinguimos dois tipos de potencialidades para a cooperação regional. Serão denominadas de “globais”, as que criam ambientes propícios, e de “particulares”, as destinadas a traduzir-se em ações concretas.

Inicialmente veremos as primeiras, quais sejam:

- Ter sido criado na região um novo tipo de relação internacional onde as causas latentes de conflito foram reduzidas como produto de soluções formais e legitimadas pelas sociedades nacionais e por suas autoridades políticas, que resolveram atacar a origem das mesmas. Neste sentido não se pode deixar de mencionar, como exemplo, o fato de que os acordos Aylwin-Menem —

que representaram retirar da agenda bilateral 23 problemas limítrofes — têm contribuído, em muito, ao estabelecimento de um relacionamento mais amplo e confiável que hoje se observa entre os dois países. O mesmo pode ser dito sobre os últimos acordos do ano 2000, entre o Chile e o Peru, para acabar definitivamente com as diferenças surgidas entre ambos, derivadas do tratado de 1929. Do mesmo modo, nesta nova relação insere-se o acordo de paz assinado entre o Peru e Equador, para findar o conflito que existia relativo à cordilheira do Condor. Todas estas decisões têm tido como base um amplo consenso relativo às definições da política exterior.

- Na região tem sido comprovado que, inclusive em situações de conflitos do tipo Equador/Peru, os “instrumentos” para controlá-los, contê-los e/ou findá-los funcionaram; o que significa prestígio para a região e aumento na “estatura político-estratégica” dos Estados garantes.

- A explícita política de defesa do Chile — a primeira da América Latina — por meio do *Livro da Defesa Nacional do Chile*, e o efeito que tem causado uma tendência à transparência em temas antes considerados tabus e sujeitos a diferentes percepções, tem chegado a gerar um conhecimento da realidade de outras partes, cooperando na limitação de processos, como a corrida armamentista, enfoques unilaterais de ameaças inexistentes e intenções de outras potências e/ou atores de influir na região procurando satisfazer os seus próprios interesses. Para o Chile, esta situação reflete o seu bom nível de coordenação entre a política exterior e a política de defesa. A iniciativa pioneira do Chile hoje está sendo assumida por outros países da região.

- As FA da região, envolvidas em processos democráticos, têm compreendido que a sua função é a de defesa, mas esta tem que ser em direta relação com as verdadeiras ameaças e, por sua vez, assumir o compromisso com tarefas impostergáveis de desenvolvimento que também incidem sobre a segurança. Neste sentido, toda a política militar deve ser também uma política de Estado e deve ser considerada, como expressa o Livro da Defesa Nacional do Chile,²² na definição dos programas e planos de desenvolvimento.

- Em relação à soberania não poderíamos falar em termos absolutos — e o Chile tem experimentado isso nos últimos dois anos — porque estaríamos sugerindo uma espécie de *nova* soberania,²³ como consequência da globalização, da morte das autarquias e do forte espírito de cooperação regional com vistas à paz, ao desenvolvimento e ao bem comum entre os povos, abrindo espaços para uma maior cooperação militar. Reconhecemos que esta matéria é muito complexa, até mesmo de expor, mas as experiências européias ocidentais nos mostram que é de fato possível — inclusive entre



É evidente que o Cone Sul da América é uma estrutura política com base em um cenário geográfico onde confluem interesses políticos, econômicos e geopolíticos que se complementam, sobrepassando as restrições da geografia física e política que têm evoluído de acordo com os interesses políticos de cada época, transitando entre forças econômicas ou estratégicas, ou de uma combinação de ambas.

nações histórica e geneticamente antagônicas — avançar na distensão das situações de conflito e minimizar as desconfiças mútuas, por meio do intercâmbio, dos exercícios conjuntos e de uma nova mentalidade.

- Finalmente, mas não de menor importância, entendemos que uma potencialidade substantiva origina-se na concepção ética de um Estado com relação à comunidade internacional e seus deveres e direitos para com a mesma. Se entende a política como sendo a ética da *polis* (cidade). Cabe dizer o mesmo da política internacional. A política, sendo uma arte, é ao mesmo tempo, a nosso critério, uma atividade moral, porque seu fim é o bem comum do homem e os meios empregados para este fim devem ser lícitos e bons, porque não se podem separar os fins dos meios para obtê-los. Em consequência, participar de uma iniciativa internacional que proporcione a paz e a cooperação mundial é um fim desejável para os Estados. Ficar à margem desta atividade internacional supõe uma contradição e constitui uma limitação no poder real e no grau de influência no contexto do qual faz parte o Estado. Pelo contrário, ao aceitar ser co-participante em iniciativas comuns nascidas por mandato de uma percepção compartilhada em concretizá-las, o Estado adquiriria o caráter de “sócio” com plenos direitos, ou

maiores que aqueles que voluntária ou involuntariamente evitam as responsabilidades que representam atuar na política internacional. O Chile tem esta vontade e vocação.

Quanto às segundas — as particulares — cabem mencionar as seguintes ações:

- Consideramos que o primeiro ponto em uma agenda de cooperação militar regional e /ou subregional consiste em uma redefinição da ameaça, porquanto a partir de 1990, tem-se considerada desaparecida a percepção de ameaças militares, verossímeis ou críveis, externas ao continente. É previsível que isto continue sendo assim contanto que não surjam no entorno mundial tendências à configuração de uma nova ordem, seja bipolar ou multipolar.²⁴ A nova definição da ameaça deve surgir em um contexto de consenso que considere a realidade própria de cada Estado; ela deve afetar a missão constitucional das FA, separando nitidamente as funções militares das da polícia, que não se podem confundir, sob risco de empregar as FA em atividades que não lhes são próprias e que, inclusive, tendem a descaracterizar a profissão. Em consequência, as sugeridas ameaças do narcotráfico, do terrorismo, das migrações em massa e da degradação do meio ambiente têm a ver mais com a

Em um sistema de interdependência complexa, os Estados estão sendo passados para trás por outros atores — relativamente menos importantes, mas que não se detêm nas fronteiras nacionais nem se submetem a lentos processos burocráticos — que fomentam situações de benefício mútuo que, às vezes, incluem as entidades estatais. Da confiança econômica surge a confiança política e, finalmente, a confiança militar. Trata-se de uma nova interpretação do antigo lema imperial britânico: *the flag follows the trade* (a bandeira segue o comércio — costume de fincar a bandeira do país em cada colônia do mesmo).

segurança que com a defesa, tendo efeito diferente nos distintos países continentais, e constituem apenas ameaças para alguns Estados.²⁵ Não obstante, no caso particular do Chile, as FA não são totalmente alheias ao combate ao narcotráfico — que se encontra centralizado em suas Forças de Ordem e de segurança pública — já que contribuem com informação residual de inteligência e com os organismos de controle do território marítimo e aéreo e o próprio patrulhamento dos espaços sob soberania nacional.²⁶

- Reformular o conceito da segurança hemisférica sob os parâmetros esboçados anteriormente.

- Ações de apoio às operações de manutenção de paz, em suas distintas variantes.²⁷

- Estabelecimento de processos comuns perante problemas comuns (assuntos antárticos, treinamento para desempenho eficaz em operações de manutenção de paz, apoio e intercâmbio de informação logística, produção militar para fins de economia de escala etc.).

- Metodologia padronizada comum para a homologação dos gastos de defesa na região. A propósito, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe está desenvolvendo um trabalho para estabelecer esta metodologia comum para o cálculo dos gastos de defesa entre a Argentina e o Chile.²⁸

- Compartilhar experiências para a contribuição ao desenvolvimento no âmbito das vantagens comparativas que possuem as indústrias militares das FA da região.

- Gerar vínculos no âmbito da educação nos níveis de pós-graduação e licenciaturas, como cursos de especialização, estabelecendo relações que explorem as

vantagens docentes institucionais.

- Avançar na constituição de um sistema — limitado ao Mercosul, mais o Chile e a Bolívia — de inteligência regional integrado.

- Vencer a “timidez” — ou exagerada cautela — que se observa quanto ao fornecimento das Medidas de Confiança Mútuas no âmbito regional, passando das de 1ª geração (representadas pelo mínimo e somente protocolares) para as de 2ª e 3ª gerações (exercícios conjuntos de combate aéreo, terrestre e naval; unidades de combate bi-nacionais com comandos alternados, para missões específicas; acantonamento de Forças Armadas de um país no território de outro, para fins de treinamento, exercícios etc.). Estima-se que durante este último decênio tem-se avançado muito neste campo, no âmbito bilateral, entre países limítrofes e vizinhos (fundamentalmente Chile/Argentina, Chile/Peru, Chile/Brasil e Argentina/Brasil). Neste sentido, cabe destacar as Medidas de Confiança Mútuas existentes entre o Chile e a Argentina, que avançam rapidamente no seu fortalecimento.²⁹

Limitações

Também encontramos duas ordens de limitações: globais e particulares.

Com respeito às primeiras cabe indicar que são, a nosso critério, as seguintes:

- Independente de uma tendência emergente, e cada vez mais voltada à cooperação, existem fatores de conflito e/ou dissociação que não podem ser menosprezados; entre eles se destaca uma longa lista de assuntos pendentes de solução no plano continental, que se referem às disputas territoriais ou por recursos naturais. De fato, o Chile continua a ter um problema limítrofe não solucionado com a Argentina e não mantém relações diplomáticas com a Bolívia, devido à recusa deste país em restabelecê-las, em virtude de suas pretensões marítimas que afetam o nosso território.³⁰

- Nas soluções e no novo esquema se requer — para que se transformem em ações — que se internem na sociedade nacional. Este é um problema de “mudança na forma de pensar” — mais que de realidades concretas — de maturidade e socialização, e que o espírito que lhe deu ânimo, como a norma jurídica que o regulamentou, se encarne nos atores políticos, comunicacionais, educacionais e militares. Para passar das hipóteses de conflito — ou “hipóteses zero” — às hipóteses de cooperação é necessário dar um salto ao futuro, sem dificuldades pretéritas que compliquem a integração. Se isto não ocorrer primeiro em nossas mentes, não poderá ter êxito na prática.

- A ausência de um esquema de segurança comum como o marco regulador que oriente a ação conjunta e fomenta a cooperação diante de determinadas situações.

- A tendência para relações formais mais que

informais, produto de uma mútua desconfiança — a “herança colonial” — entre os atores.

- A assimetria no desenvolvimento de marcos conceituais de política de defesa, avaliáveis e contrastantes.

- O propósito manifestado por potências que procuram influir na região, através de privilegiadas relações bilaterais.

Quanto às particulares, podem-se anotar as seguintes:

- Insuficientes Medidas de Confiança Mútuas, muitas mantendo-se na 1ª geração, alheias a um sistema de segurança — porque não existe — e transformando-se em verdadeiros fins em si mesmas.

- Carência de instâncias permanentes de diálogo, que dêem maior valor às relações, o que provoca agendas descoordenadas e com falta de conteúdo, mantidas ao longo do tempo, por exemplo: A Conferência dos Exércitos Americanos — CEA.

- Falta de iniciativas criativas — produto de um cadastro das potencialidades de cooperação — que explorem possíveis vínculos nas áreas de educação, desenvolvimento, economia de defesa, engenharia militar, esporte militar e operações de paz, entre outras.

CONCLUSÕES

O Cone Sul da América apresenta hoje um entorno geoestratégico no qual a tendência emergente é caracterizada pela transição das antigas relações, marcadas pelo conflito, para aquelas que privilegiam incipientes e cada vez mais claros vínculos de cooperação. Os fundamentos ou razões que explicam esta tendência encontram-se na homogeneidade das agendas, na percepção comum de que a democracia é o modelo político, assim como a economia de mercado é o modelo econômico que desterra a autarquia, e na globalização, que começa a fazer sentir seus efeitos em uma área que até há pouco era considerada fundamentalmente marginal, em face de sua posição geográfica.

Por outro lado, associações como o Mercosul constituem intentos que cada dia adquirem maior viabilidade e que tornam factível manter vínculos com a potência dominante, a qual jamais — o contrário é utópico — estará ausente da região. Essas entidades econômicas têm uma personalidade própria que torna possível abrir mercados e alcançar fronteiras até agora impensadas, produto da união das economias, que já mostra sinais evidentes de querer transitar com relações de maior consistência nos campos político e jurídico. Tudo o que foi mencionado anteriormente gera no âmbito militar certas potencialidades marcadas pelo efetivo e longo processo de paz no âmbito das relações regionais — descartando a guerra das Malvinas — do Cone Sul; abertura político-estratégica em matéria de difusão e intercâmbio de informação

militar; identidade cultural — o “legado comum” — e de formação militar nas FA da região; confiança política que é resultado do desenvolvimento e da integração econômica; simetria política em torno do ideal democrático e a paulatina diminuição das desconfianças mútuas provenientes de antagonismos históricos.

Porém, e como temos afirmado ao longo deste trabalho, um mínimo realismo político nos leva a concluir que as inúmeras ações que poderiam derivar-se desse clima podem ver-se limitadas pela conservação de certos fatores mais próprios de esquemas que parecem ir desaparecendo; entre estes encontram-se: as novas ameaças à segurança regional, sobre as quais não se produz um consenso em sua definição, natureza e forma de combatê-las; a luta entre a malícia e a boa fé, que tem nublado as relações dos Estados; a assimetria no tamanho e potencialidades das FA da região; a ação desestabilizadora de potências estranhas à região que geram alterações no equilíbrio militar; e, finalmente, a precariedade do sistema democrático que é possível observar ainda no Cone Sul americano, que atrasa todo o processo de cooperação, no qual não podem se manter entraves que dificultem as resoluções adotadas pelos governos.

Em um sistema de interdependência complexa, os Estados estão sendo passados para trás por outros atores — relativamente menos importantes, mas que não se detêm nas fronteiras nacionais nem se submetem a lentos processos burocráticos — que fomentam situações de benefício mútuo que, às vezes, incluem as entidades estatais. Da confiança econômica surge a confiança política e, finalmente, a confiança militar. Trata-se de uma nova interpretação do antigo lema imperial britânico: *the flag follows the trade* (a bandeira segue o comércio — costume de fincar a bandeira do país em cada colônia do mesmo). A força da economia, como uma variante independente, mantém agora reduzidas as destacadas fronteiras estratégicas e geopolíticas — agora variantes dependentes — nas quais tradicionalmente se estruturavam as relações internacionais e a política exterior dos Estados da região. Essa nova situação, forçosamente, tem tido que ser considerada pelas sociedades nacionais, as quais promovem o comércio e minimizam as desconfianças.

É a nossa percepção — e desejo, também — que as forças centrípetas ou associativas se imponham, em um futuro não longínquo, às centrífugas ou dissociadoras.

Não obstante, é conveniente advertir que a convergência em temas econômicos, originada pela transnacionalização e alimentada pela globalização, não nos levará à utopia kantiana de uma paz perpétua, senão a uma “paz democrática”,³¹ com as imperfeições que lhe competem.

O desafio parece ser que os países do Cone Sul tenham a capacidade para aproveitar a conjuntura histórica, onde o caminho à cooperação está aberto para conduzi-los ao

desenvolvimento e à segurança, para a felicidade e o bem-estar de nossos povos; e a este bem comum podem contribuir, consistentemente, as FA da região. **MR**

REFERÊNCIAS

1. Trabalho apresentado pelo General Carlos Molina Johnson, Diretor de Operações do Exército, na mesa redonda especializada sobre o tema: "A Cooperação Regional e a Defesa Nacional no Cone Sul", organizada pelo Centro de Estudos e Investigações Militares — CESIM, no dia 31 de maio de 2000. Na elaboração do texto participou o Grupo Assessor dessa entidade, sob a responsabilidade do Brigadeiro (R) Germán García Arriagada.
2. Maiores antecedentes sobre essas forças, em VAN KLAVEREN, Alberto, "Os antecedentes históricos do sistema interamericano", em *Antecedentes, balances e perspectivas do sistema interamericano*, DIAZ ALCONICO, Rodrigo (ed.), em *Estudios Internacionales*, Instituto de Estudios Internacionales da Universidade do Chile, Ed. Universitária, Santiago, 1977, p.23 e ss.
3. HOSLTI, Ole R, HOPMANN, Terrence P. e SULLIVAN, John D., *Unity and disintegration in international alliances: comparative studies*, John Wiley & Sons, USA, 1973, p. 250 e ss.
4. KEOHANE, Robert e NYE, Joseph, "Transnational Relations and World Politics", em *International Organizations, World Peace Foundations*, Vol. XXV, N° 3, verão de 1971, p.722, citado em SALGADO, Juan Carlos, "Democracia e Paz", "Ensaio sobre as causas da guerra", Biblioteca Militar, Exército do Chile, 1998, p.29.
5. CHEYRE, Juan Emilio, "A economia, uma nova variável na relação estratégica e geopolítica do Cone Sul da América", tese de doutorado em elaboração, ano 2000.
6. KEOHANE, Robert e NYE, Joseph, "Poder e Interdependência", Grupo Editor Latino-americano, Buenos Aires, 1988, p.39, citado em SALGADO, Juan Carlos, *op.cit.*, p.30.
7. TOMASSINI, Luciano, "Enfoques teóricos para o estudo da política internacional", em WILHELMY, Manfred et al., "Política Internacional, Enfoques e Realidades", Grupo Editor Latino-americano, Buenos Aires, 1988, pp. 71-74.
8. Diferente do realismo, a teoria da "interdependência complexa" — desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye — valida três supostos fundamentos: primeiro, a existência de canais múltiplos, que são a conexão prevalente dentro das sociedades; segundo, a falta de hierarquia nos temas; e, terceiro, que o poder não está apenas no poderio militar, ainda mais se este é considerado nas relações entre Estados pertencentes a uma mesma região.
9. CHEYRE, Juan Emilio, *op.cit.*, 2000.
10. SANTIS, Hernán, "Visão geopolítica do Cone Sul da América", em "Revista Chilena de Geopolítica", Vol. 4, N° 1, Santiago, dezembro de 1987, pp. 5-19.
11. *Ibid.*
12. O almirante Storni conferiu à proposta do Cone Sul um caráter de equilíbrio de poder na região. Cabe lembrar que durante esse primeiro decênio e metade do seguinte, no século passado, haviam sido subsritos os "Pactos de Maio", de 1902, entre o Chile e a Argentina — de acordo com Mario Barros van Buren, na "Historia Diplomática do Chile 1541-1938", foi o primeiro pacto desse tipo que se assinou na história diplomática do mundo e, também, o primeiro que foi cumprido — e o "Tratado do ABC", de 1915, entre a Argentina, o Brasil e o Chile, com o propósito de manter um equilíbrio continental que assegurará a paz e impedirá o desenvolvimento da hegemonia regional, como a que apresentava os EUA, nessa época. No período do primeiro governo do presidente Juan Domingo Perón, o conceito foi avançado com elementos da política exterior Argentina durante o peronismo, cujo propósito era deter o desenvolvimento de expansão do Brasil e converter-se em líder regional, subscrevendo acordos comerciais e de defesa com o Uruguai, a Bolívia e o Paraguai e favorecendo uma política de aproximação com o Chile — governado nesse tempo pelo presidente Carlos Ibañez del Campo — que não prosperou pela desconfiância de Ibañez às iniciativas de entendimento e cooperação internacional, propiciadas por Perón, apesar das mútuas declarações de amizade dos dois mandatários, que trocaram visitas de Estado durante a década dos anos 50.
13. CHEYRE, Juan Emilio, *op.cit.* Esta é uma proposta; decerto existem outras interpretações ou visões do Cone Sul americano mencionadas na tese.
14. Não incluímos aqui as guerras de emancipação ou pela independência das metrópoles.
15. Isso é evidente; a região desenvolveu diversos mecanismos e acordos com tendência a desativar tensões. Entre os mais importantes pode-se mencionar: "O Tratado de Tlatelolco", subsrito em fevereiro de 1967, e que alcançou plena extensão em 1993, ao ser subsrito por todos os países latino-americanos e o *Compromiso de Mendoza* e a *Declaración de Cartagena*, que proíbem o desenvolvimento, produção, armazenamento, aquisição e transferência de armas de destruição em massa de caráter químico e biológico. O primeiro foi subsrito em 5 de setembro de 1991 pela Argentina, o Brasil e o Chile, aos quais se uniu o Uruguai. O segundo foi assinado no dia 4 de dezembro de 1991 pelos presidentes dos países da área andina. Também pode-se acrescentar o "Pacto de Bogotá de Solução Pacífica de Controvérsias"; e a "Declaração de Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul", proclamada

- pela ONU em 1986. Outras importantes declarações no âmbito da segurança são: a "Declaração de Ayacucho", de dezembro de 1974; as diversas declarações do "Grupo de Contadora", 1983-1987; a *Cumbre Presidencial de Miami* de 11 de dezembro de 1994; a "Conferência de Williamsburg" no dia 25 de julho de 1995 que reuniu os ministros de defesa da América; a "Conferência Regional sobre Medidas de Fomento da Confiança e da Segurança (Declaração de Santiago)", realizada em Santiago entre 8 e 10 de novembro de 1995; além de numerosos encontros acadêmicos bilaterais discutindo e analisando a forma de incrementar as Medidas de Confiança na região.
16. ROJAS ARAVENA, Francisco, "Medidas de Confiança Mútua: um instrumento útil para a segurança do hemisfério ocidental", em *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Santiago, Ano 10, Vol. X, N°3, julho-setembro de 1995, p.3.
17. VAN KLAVEREN, *op.cit.*
18. FUENTES, Claudio, "Interdependência e segurança no Cone Sul", na revista *Fuerzas Armadas y Sociedad*, N°1, janeiro-março de 1997, pp.3-36.
19. *Ibid.*
20. Ministério de Defesa Nacional do Chile, *Libro de la Defensa Nacional de Chile*, edição rústica de 1997, p. 37.
21. FUENTES, *op.cit.*, pp.10-11.
22. MDN., *op.cit.*, p. 218.
23. Atualmente existe uma maior consciência dos limites da soberania dos Estados e, inclusive, encontram-se na literatura das Relações Internacionais sérias objeções ao conceito, considerando-o irrelevante. Assim, tem-se afirmado que não é possível mencionar uma só fonte de poder em um sistema político de interdependência complexa, onde a autoridade está fragmentada. Existe evidência, aliás, da falta de capacidade dos Estados em exercerem um controle sobre seus territórios de forma eficiente. Eles têm um controle de *jure* mas não um controle de *facto*. Tem-se consciência que não controlam numerosos fluxos e movimentos, como por exemplo: os econômicos, de produção, taxas de câmbio de suas moedas, as migrações para fora de seus territórios e muitos problemas relativos ao meio ambiente, saúde e agricultura, para mencionar alguns. Com relação a esta nota, ver MARQUINA, Antonio, "A Globalização e o seu impacto nas Relações Internacionais", em seminário de Dissuasão e Estratégia em um contexto de globalização na Academia de Guerra do Exército do Chile em Santiago, setembro de 1998.
24. MDN, *op. cit.*, p. 51.
25. *Ibid.* p. 59.
26. *Ibid.* p. 90.
27. Aqui se consideram as seguintes quatro operações: observação do cessar fogo e separação de forças; desdobramento preventivo; implementação dos acordos de paz e proteção das operações humanitárias em conflitos ativos; todas elas executadas sob o prescrito no Cap.VI da Carta da ONU, que se refere às Operações de Manutenção da Paz, diferenciadas das Operações de *Imposição* da Paz, estas reguladas pelo Cap.VII de dita Carta, que de fato compreendem a ação coerciva.
28. Para maior informação sobre este tema ver, VERA NOVA, Adolfo, "Dimensões para a homologação do gasto militar", em *Escenarios Actuales* (publicação do Centro de Estudos e Investigações Militares), N°1, ano 1999, pp. 3-8.
29. O "Livro da Defesa Nacional do Chile" as menciona em detalhe. Ressaltamos o *Comité Permanente de Seguridad — COMPERSEG*, criado no dia 8 de novembro de 1995, com uma Secretaria que funciona mediante um sistema de rotação anual, entre os ministérios das Relações Exteriores e de Defesa de ambas as nações, com reuniões duas vezes por ano, alternadamente mantidas no Chile e na Argentina. Também destacamos a existência de um "Regulamento de Cooperação em matéria de catástrofes entre as FA da Argentina e do Chile", de 30 de junho de 1999. Veja CHEYRE, Juan Emilio, *Las medidas de confianza mutua*. Ver também ROJAS ARAVENA, Francisco, *op.cit.*, pp.8-9, em que estabelece as 10 características que devem ter as Medidas de Confiança Mútuas; opinião que compartilamos. Elas devem ser: transparentes e abertas; predizíveis; recíprocas e equivalentes; com adequada comunicação; factíveis; permanentes no tempo; coerentes; verificáveis; legítimas e variáveis, segundo o número de atores.
30. Maiores detalhes desta lista de conflitos latentes em CHILD, Jack, *Geopolitics and conflicts in South America. Quarrels among neighbors*, Praeger Special Studies, Praeger Scientific, Nova Iorque, EUA., 1985, p.76 e ss. Child agrupa os conflitos na América em: Grande conflito dos Andes, dividido, por sua vez, em: conflito dos Andes centrais (Chile, Peru e Bolívia), Andes setentrionais (Peru e Equador) e Andes Austrais (Chile e Argentina); conflito do Atlântico Sul (Argentina e Grã Bretanha) e conflito do Caribe sul-americano (Colômbia-Nicarágua, Colômbia-Venezuela, Venezuela-Guiana e Guiana-Suriname).
31. Ver SALGADO, Juan Carlos, *op.cit.*, pp.131-133.

O General Carlos Molina Johnson é oficial da Arma de Cavalaria Blindada e de Estado-Maior, licenciado em Ciências Militares e mestre em Ciência Política, Professor acadêmico de História Militar e Estratégia; e Organização e Pessoal. Atualmente é Diretor de Operações do Exército.